

Pós “Guerra dos Mascates”: o conflito entre os carmelitas da Reforma Turônica da Paraíba e os Observantes de Olinda

André Cabral Honor^{*}

RESUMO:

Após as sublevações em Pernambuco, posteriormente intituladas “Guerra dos Mascates”, é possível perceber nos documentos avulsos manuscritos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa os ecos desse conflito na Capitania da Paraíba, que se apossa do discurso de fidelidade ao rei para tentar se sobressair a Pernambuco. Neste contexto, os carmelitas reformados da Paraíba, por meio do seu então Capitão-mor João da Maia da Gama, vituperam os carmelitas observantes de Olinda, pedindo a entrega do convento destes à Reforma Turônica, expressando uma faceta do conflito eclesiástico que se iniciou na segunda metade do século XVII com a vinda dos carmelitas reformados para as capitanias do norte. Por meio de uma análise documental é possível lançar novos olhares sobre esses conflitos eclesiásticos dentro do Brasil colônia e o contexto sócio-econômico que os rodeiam. A presente pesquisa faz parte da dissertação de mestrado “O verbo mais que perfeito: uma análise alegórica da cultura histórica carmelita na Paraíba colonial” vinculado ao Mestrado em História da Universidade Federal da Paraíba.

Palavras-chaves: Carmelitas; Mascates; Paraíba

ABSTRACT:

Short after the mutinies that took place in the Captaincy of Pernambuco, lately called “War of Mascates”, it is possible to notice in manuscript documents from Lisbon’s Ultramarine Historical Archive the echoes of this conflict in the Captaincy of Paraíba, which tried to take advantage of the situation by reinforcing its fidelity to the king of Portugal to prevail over Pernambuco before the eyes of the Portuguese Empire. In such circumstances, through their captaincy General João da Maia da Gama the reformed Carmelites from Paraíba harshly criticized the Observantine Carmelites from Olinda, asking them to give away their convent to the Touraine Reform. That expresses a side of the ecclesiastic conflict that started with the coming of the reformed Carmelites to the Northern Captaincies, in the second half of seventeenth century. By means of a documental analysis, this work aims at providing new perspectives to understand the aforesaid conflicts in colonial Brazil and the socio-economical background that encompasses them. It is part of the Master’s dissertation “O verbo mais que perfeito: uma análise alegórica da cultura histórica carmelita na Paraíba colonial” bound to the Master’s Degree Program in History from the Federal University of Paraíba (UFPB).

Keywords: Carmelites; Mascates; Paraíba

Em 1783, o escritor romântico José de Alencar publica a novela intitulada *A guerra dos mascates*, uma obra de ficção-histórica cuja intenção era servir como sátira ao gabinete de

* O autor é graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal da Paraíba e Mestre em História pela mesma instituição com a dissertação “O verbo mais que perfeito: uma análise alegórica da cultura histórica carmelita na Paraíba colonial. <cabral.historia@gmail.com>

Rio Branco (1871-1875)¹. O livro, apesar de não constar entre os grandes escritos de José de Alencar, terminou por influenciar as narrativas históricas que o sucederam. “Até a publicação da obra de Alencar, os acontecimentos de 1710-1711, haviam sido geralmente conhecidos como ‘sedições’ ou ‘alterações em Pernambuco’” (MELLO, 2003: 15). Apesar de inadequado, o termo *Guerra dos mascates* seria, a partir de então, largamente utilizado pela historiografia tradicional, e até hoje se encontra difundido nos livros didáticos de História.

Após a expulsão dos holandeses do Brasil em 1654, a praça de Recife, pertencente a Olinda, inicia um processo de desenvolvimento econômico e social que culminará com o pedido, ainda no século XVII, de sua elevação à categoria de vila. A demanda só seria atendida pelo Rei D. João V, no ano de 1709, época em que Sebastião de Castro e Caldas (1707-1710) era governador da Capitania de Pernambuco:

A 4 de setembro de 1709, o Conselho Ultramarino emitiu sua consulta, documento breve, indício de que não houvera divergência entre os membros. Ele propunha que, ‘para se evitarem estas desuniões entre os moradores’, Sua Majestade criasse a vila do Recife, cabendo ao governador e ao ouvidor fixar-lhe o respectivo termo. O juiz-de-fora devia dar audiências semanais alternadas em Olinda e no Recife, como era prática em certas vilas do Reino. A 16 de novembro, D. João V despachava com o lacônico ‘como parece’ de estilo; a 19, o conselho expedia a correspondente carta régia. (MELLO, 2003: 244)

O referido governador ficou famoso dentro da história pernambucana por ter conduzido uma administração no mínimo desastrosa. Em 1695, Sebastião de Castro Caldas é nomeado para assumir a Capitania da Paraíba, porém recusa o cargo preferindo assumir interinamente o governo do Rio de Janeiro. Após deixar a função, é preso no caminho à Lisboa, por acusações de favorecimento aos franceses. O rei decide mantê-lo preso na capital lusitana enquanto a investigação decorre. Como era de se esperar, Castro e Caldas é inocentado e volta ao Brasil pleiteando o Governo da Paraíba. “Ofereceram-lhe o da colônia do Sacramento, entrementes conquistada pelos catelhanos do Rio do Prata. Tendo-o recusado, deram-lhe finalmente o de Pernambuco” (MELLO, 2003: 219).

Sua administração se constituiu numa série sucessiva de desmandos e erros. Em um claro desrespeito a jurisdição que lhe foi concedida, ele se intromete nos assuntos eclesiásticos—o caso mais notável foi sua interferência direta na escolha do Abade do Mosteiro de São Bento em Olinda—e nos assuntos jurídicos, atropelando a autoridade do

¹ José Maria da Silva Paranhos, o Visconde de Rio Branco, nasceu em 1819 e faleceu em 1890. Abolicionista, a pedido do Imperador D. Pedro II, fundou um dos gabinetes liberais de maior longevidade no período imperial. Captado em: <<http://www.senado.gov.br/comunica/historia/riobranc.htm>>. Acesso em: 5 mar. de 2009.

Ouvidor da Capitania, José Inácio de Arouche, que possuía fortes vínculos com a Câmara de Olinda. Constantemente o governador é acusado pela “açucarocracia olindense” (MELLO, 2003) de favorecer os comerciantes recifenses com quem teria amizade e negócios pessoais. Nas palavras de Mello (2003: 242):

Durante o seu governo, ele colecionará, fato inédito, nada menos do que sete ou oito repreensões oficiais por demorar-se desnecessariamente no Recife, interferir na disputa dos beneditinos, desobedecer ordens do governador-geral, dilatar prazos de pagamento de devedores da fazenda real, intrometer-se na administração da justiça, obrigar a Câmara de Olinda a deslocar-se para o Recife ou intervir na eleição da Santa Casa de Misericórdia.

De acordo com Vainfas (2001: 273), a deflagração das sublevações deu-se após a construção do pelourinho de Recife:

Mas o estopim do conflito foi a construção do pelourinho de Recife, em 1710, “nas horas mortas da noite” e sem comunicação prévia à câmara de Olinda. Os oficiais da câmara recusaram-se a aceitar a decisão régia de 1709 e pressionaram o governador para que não a acatasse.

O governador, que era pessoalmente favorecido pelos mercadores de Recife, não só recusa o pedido dos oficiais da câmara de Olinda como desautoriza a casa. No mesmo ano de 1710, Castro e Caldas sofre um atentado, o que o leva, posteriormente, a se refugiar na Bahia. Ainda de acordo com Vainfas (2001: 273):

As conseqüências do atentado desencadearam um movimento insurrecional com base nas milícias rurais que, dentre outras demonstrações de força, destruíram o pelourinho de forma espetacular: cerca de 12 mamelucos “emplumados de várias penas” invadiram Recife e esfacelaram o monumento, arrancando a inscrição de cobre com as armas da vila.

Nesta invasão da cidade de Recife, as forças de Olinda, comandadas por Bernardo Vieira Melo, queimaram o foral régio de criação da vila. Os chamados mascates de Recife não fizeram por menos e reagiram com violência diante do ataque à cidade. Após um breve governo do Bispo D. Manuel Álvares da Costa, em 1711, Felix José Machado assume o governo da Capitania de Pernambuco e põe fim a essas sublevações, enviando para o reino os líderes olindenses do movimento, que posteriormente foram perdoados, coroando a política conciliatória que a coroa tentou emplacar desde o início dos levantes em 1710.

As alterações em Pernambuco podem não ter sido grandes o suficiente para receberem o título de guerra, contudo, o impacto que tiveram na região açucareira pode ser averiguada numa carta ao Rei D. João V, datada de 22 de julho de 1712, escrita pelo então

capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, em que descreve o comportamento dos carmelitas observantes e dos reformados durante o levante dos mascates. A carta possui informações preciosas para este trabalho, portanto transcrevo-a por completo:

Senhor

Na conta geral que dei a vossa majestade por carta de 27 de novembro e de 3 de dezembro do mesmo anno dey conta a vossa majestade do muito que obrarão e grande serviço que fizeram a vossa majestade os religiosos da reforma de nossa senhora do monte do carmo, e na conta que dou este anno de 11 de junho faço presente a vossa majestade o bem com que continuao no real serviço de vossa majestade, os ditos religiosos e como nesta logo que se puder hey de dar a vossa majestade particular conta o faço nesta.

*Na primeira sobrevação contra o governadores sebastiam castro e caldas trabalharão muito os ditos religiosos para acomodarem a dita alteração e livrarem a praça do Recife dos revoltosos e seus moradores de serem invadidos com rigor, e saqueados, e se lhe deve a elles muita parte de se conseguir como já fiz presente a vossa magestade cujo serviço foi vossa magestade servido agradecer-lhes e como os levantados nunca totalmente estiverão quietos e seguros mas sempre revoltosos, fazendo mil absurdos e solicitando novas sobrevações me vali muitas vezes do padre comissário geral frei vicente dos remédios, do reverendo padre frei miguel de assumpção e do padre frei antonio de santa rosa, este para hir saber pessoalmente algumas noticias como obter muitas vezes indo a goyanna e a pernambuco com muito discômodo trabalho e perigo e na mesma forma o mesmo reverendo padre comissário geral mandando me importantísimos avisos do serviço de vossa majestade o dito padre frei miguel, acomodando e pacificando muitas vezes os povos de goyana itamaracá; o que fazia com mesmo zelo e lealdade por ser religioso de authoridade respeita do, pella sua pessoa, e por ter ocupado na sua religião a dignidade de comissário geral e assim este como todos os mais religiosos trabalharão com incansável zelo pello sossego e quietação destes povos, e pella segurança dos domínios de vossa majestade; e em mandar, e assistencia na fortalleza do cabedelo e em todas as ocasiões do serviço de vossa magestade me assistirão sempre dous religiosos e principalmente vossa reverencia padre comissário geral, por ser varão de exemplar vida, e doctado de letras, havendo, e por não convivem os ditos religiosos com os **soblevados traydores, e inconfidentes**, e solicitarem a paz, e quietação forão odiados e aborrecidos dos dito soblevados, e de todos os seus parciaes, a cuja parte se acostavão os religiosos observantes seus oppostos, induzindo aos levantados, como eu vi em carta de hum delles, como a vossa magestade já fiz presente na dita conta geral, e o farião para que os ditos levantados expulsarem estes virtuosos relligiosos da reforma, e fieis vassallos de vossa magestade, e vendesse a elles os conventos; e por que não assistiam juntamente com o bispo nas suas erradas, e perversas disposições, e me asseitaram duas apellações de excomunhões que erradamente promulgou o bispo, e com malévola benção, intentava promulgar outras, os aborreceo, e me certifica que escrevera a vossa magestade falçamente contra os ditos religiosos, o que me obriga a fazer presente a vossa magestade as raises e fundamentos do seu ódio, e a representar a vossa magestade a lealdade, o santo zelo, as virtudes, e claridade de todos esses religiosos, e o muito que se tem trabalhado pello ser viço de vossa magestade; e pello de Deos, sendo os únicos que nesta capitania fazem a quaresma os sermões, e os que pregam missão por toda esta capitania, e assistem as confissões de dia, e de noite, e doutrinão os índios das suas aldeas, que são os mais fieis soldados que tenho experimentado, e me tem servido de guarda muitos tempos. Pello contrario os da observância seguirão os levantados, induzirão alteração, e foram cauzas de muitas ruínas e desordens, e pregavam a doutrina dos levantados dourada com os falsos pretextos do serviço de vossa magestade; e da diabólica indução de naturaes e estrangeiros que eram os de portugal, **para involverem a todos para a parte dos inconfidentes**, debaixo do nome de nobreza e naturaes.*

*E como os senhores reys de portugal predecessores de vossa magestade o serinissimo senhor rey dom pedro que esta no ceo, forao protectores da reforma e o dito senhor lhe deu conventos, e tem muita utilidade os vassallos de vossa magestade na reforma, por que sendo os bens communs, não dessipão os patrimoneaes dos conventos como fazião, e fazem os religiosos da observância tanto assim que estando à vinte annos nesta cidade o da observância, sem assistirem mais que dois, ateh trez religiosos. Estavao vivendo em suas cazas térreas de barro, e taya e deixarão o convento empenhado soh de missas semanais ficarão novecentos e sincoenta e vendo os religiosos da reforma com dous para tres annos de assistência lêvantarao hum dormitorio, desempenharão o convento; assistindo actualmente neste quatorze e quinze religiosos que continuamente empregao em serviço de deos. Nestes termos sentos, me parecia que para castigo dos da observância, para premio do da reforma pello zelo do serviço de deos, de vossa magestade e do bem commun lhe mandasse vossa magestade dar o convento de olinda e tudo o que tem a religião de nossa senhora do carmo de pernambuco para cá, com condição de serem missionarios nas aldeas do certão desta capitania que são grandes, e de muitos tapuya, e me pedem missionarios, o que lhe não tenho dado porque os que são capazes de hir para la, não querem, e os que não são hirão soblevados, e deixar a perder o meu trabalho, que neste tempo de nada se pode descuidar, e se pode temer de tudo para a perversão, isto he o que me parece. vossa magestade mandara o que for servido. Paraíba 22 julho de 1712
João da Maia da Gama²*

Como já foi dito o papel das ordens missionárias na Capitania da Paraíba ultrapassa o serviço religioso ordinário. E mesmo no século XVIII, o indígena continua sendo uma questão que precisa ser administrada. Então, não se tratava mais dos índios do litoral, mas sim dos autóctones do vasto sertão da Paraíba. A busca de religiosos “com condição de serem missionarios nas aldeas do certão desta capitania que são grandes” se justifica pela necessidade que a Capitania tem de apaziguar os índios do interior. Após a expulsão holandesa, o que se percebe é uma vertiginosa queda da importância econômica do litoral—produtor de açúcar por excelência—e ascensão da criação extensiva de gado no interior impulsionada pela acumulação de capital proporcionada pelo aprisionamento de indígenas. O próprio João da Maia Gama, em carta de 27 de maio de 1712 ao Rei D. João V, descreve os problemas que enfrenta a economia açucareira litorânea:

Em o anno de 1710 para o de 1711, houve huma seca, a mais terrivel que se lembram os moradores desta capitania de que morreo muitos milhares de gado (...) e a mesma seca que houve no pellos certos, houve por baixo pellos canaviaes, e os demais delles arderão, e as plantas secarão no que tiverão grandíssima perda os contratadores daquelle anno. Continuou o de 1711 para o de 1712 a mesma seca, não nos certões, mas nos canaviais (...).³

² AHU_ACL_CU_014, Cx. 4, D. 333, grifo meu. Neste capítulo, as citações que não possuem referências remetem a este documento.

³ AHU_ACL_CU_014, Cx.4, D. 329.

As estiagens, as cheias do rio Paraíba e a ausência de embarcações no porto agravam a crise do açúcar no decorrer do século XVIII. As reclamações sucedem-se na correspondência dos capitães-mores da capitania da Paraíba: (...) como tão bem por que em todo o dito tempo não se fizerão em todos os engenhos desta capitania nenhuma caixa de assucar, por causa da grande seca que tem ávido, que matou todas as lavouras, (...).⁴

Em outros momentos, o problema era a cheia dos rios, que arrasava plantações e engenhos, matando pessoas e gado, como se pode perceber na carta do capitão-mor da Paraíba, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, em 1729:

Sucedendo haver repetidas chuvas nos sertoe não mais distantes veyo huma chea, tão repentina e extraordinaria que inundou as varges desta capitania, detruhiu Engenhos, mattou gados, e bestas, e levou a maior parte das caxas dos moradores della, não deixando mais que as poucas que sobre sy trazias [...].⁵

Juntamente com as intempéries climáticas, a falta de navios no porto da Paraíba era um problema a ser enfrentado:

[...] e assim estão os engenhos tão mal assistidos, que os que em outro tempo fazião em huma safra duzentas caixas de assucar não tiram hoje a quarta parte. E ficando ainda estas sem sahida, se faz cada vez mayor, e mais irremediavel o danno. [...] e por outra não tem tido sahida os ditos gêneros por passarem muitos annos sem que embarquem navios neste porto [...]. Daqui nasce huma continua extração da moeda desta capitania para a de Pernambuco a donde he necessario irem buscar com mayor despeza os gêneros de que cá se necessita [...].⁶

Enquanto isso, a economia da pecuária extensiva praticada no sertão da Paraíba desenvolve-se a tal ponto que “cria uma rede de conexões que, através de mecanismos dos mais variados, isola a capital e cerceia o seu papel de intermediação comercial” (FERNANDES, 1991: 34).

Proteger essa economia torna-se, pois, de vital importância para a saúde financeira de uma capitania que não consegue se reerguer economicamente. Portanto, limpar o interior da presença indígena, fosse por meio dos descimentos ou pelos aldeamentos sertanejos, toma ares de prioridade dentro das tentativas governamentais de soerguimento das finanças paraibanas.

No entanto, o capitão-mor João da Maia da Gama tinha dificuldades de encontrar missionários que se dispusessem a viver no sertão da capitania, “me pedem missionarios, o

⁴ AHU_ACL_CU_014, Cx. 6, D. 481.

⁵ AHU_ACL_CU_014, Cx. 7, D. 606.

⁶ AHU_ACL_CU_014, Cx. 5, D. 392.

que lhe não tenho dado porque os que são capazes de hir para la, não querem, e os que não são hirão soblevados, e deixar a perder o meu trabalho”. É a necessidade de manter e construir novos aldeamentos no sertão que faz com que o capitão-mor se intrometa numa querela já secular: a relação sempre conflituosa entre os Carmelitas Reformados, seguidores da Reforma de Turon, e os Carmelitas Observantes, formado por aqueles que não haviam aderido às propostas da Reforma Teresiana e Turônica.⁷

Lendo as entrelinhas do documento é possível entender porque o capitão-mor tem tanta certeza que os carmelitas o ajudarão com o envio de missionários para o sertão. A carta deixa transparecer a boa relação que o capitão-mor da Paraíba tinha com os carmelitas da cidade e a troca de favores que provinha dessa afinidade. Apesar de *dever* essa defesa aos carmelitas, afinal os frades o ajudaram no caso das duas excomunhões, o que parece mais evidente quando João da Maia da Gama age em favor dos carmelitas reformados da Paraíba no intuito de desacreditar as denúncias feitas pelo bispo de Pernambuco, é que haja um acordo entre ambos: os frades carmelitas se comprometem a ir doutrinar as aldeias do sertão aumentando o número de missionários se o capitão-mor da Paraíba conseguir a expulsão dos frades carmelitas observantes do convento de Olinda e a entrega de todos os seus bens aos reformados. Pelas palavras de João da Maia da Gama o pacto torna-se bem explícito, “mandasse vossa magestade dar o convento de olinda e tudo o que tem a religião de nossa senhora do carmo de pernambuco para cá, com condição de serem missionarios nas aldeas do certão”.

De acordo com a carta, nem o capitão-mor da Paraíba nem os carmelitas reformados possuíam uma boa relação com o bispo de Pernambuco, “e por que não assistiam juntamente com o bispo nas suas erradas, e perversas disposições, (...)”. O estopim do conflito foram duas excomunhões promulgadas pelo bispo, que de alguma forma atingiam diretamente João da Maia da Gama. O capitão recorre aos carmelitas e estes conseguem reabilitar ou impedir a excomunhão. De acordo com o documento “o bispo, e com malévola benção, intentava promulgar outras” o que ocasionou a irritação dos Carmelitas Reformados com a autoridade eclesiástica. No intuito de punir a clara desobediência dos carmelitas, o bispo escreve ao rei vituperando contra os frades da cidade da Paraíba colonial.

⁷ A Ordem Carmelita passou por diversas reformas ao longo de sua história. Algumas surtiram grande efeito como a proposta idealizada por Santa Teresa de Jesus e a da Província de Turon, contudo, outras tiveram uma vigência pequena desaparecendo rapidamente como a reforma do Beato Soreth. Sobre o conteúdo das reformas teresianas e turônicas decorrerei no capítulo quatro, sobre a reforma do Beato Soreth e outras que rapidamente caíram em desuso ver: Sciadini (1993).

Aparentemente, o bispo age influenciado pelos carmelitas observantes de Olinda, que desejam expulsar os reformados da Paraíba e reassumir o convento que um dia lhes pertenceu. De acordo com João da Maia da Gama, quando o convento da cidade pertencia aos observantes, nunca passava de três ou quatro o número de frades atuantes na capitania. Viviam em casas de barro e taipa, e deixaram “o convento empenhado soh de missas semanais ficarão novecentos e sincoenta”, isso durante um período de vinte anos em que se encontraram na cidade. Já os Reformados, em apenas dois ou três anos na Cidade da Paraíba colonial, desempenham o convento, levantam um dormitório, “assistindo actualmentte neste quatorze e quinze religiosos que continuamente empregao em serviço de deos”. João da Maia da Gama continua a exaltar as qualidades dos frades reformados da Paraíba, não só no cumprimento de suas funções eclesiásticas ordinárias, mas também nas missões, onde “assistem as confissões de dia, e de noite, e doutrinao os índios das suas aldeas, que são os mais fieis soldados que tenho experimentado, e me tem servido de guarda muitos tempos”. Ressalta-se o papel dos índios nas ordenanças, juntamente com a importância dos Reformados na manutenção desses soldados, e na própria defesa da Capitania “e pella segurança dos domínios de vossa majestade; e em mandar, e assistencia na fortalleza do cabedelo e em todas as ocasiões do serviço de vossa magestade (...)”.

Enquanto isso, os observantes teriam induzido os “naturaes e estrangeiros” a se envolverem no conflito dos mascates fazendo oposição à coroa portuguesa “debaixo do nome de nobreza e naturaes”. Aqui o capitão-mor faz uma reverência à destruição do pelourinho de Recife pelos mamelucos emplumados. Nessa época, a elite açucareira já buscava numa suposta ancestralidade indígena a legitimação de seu papel de donos da terra e do negócio do açúcar por excelência. De acordo com Mello (2003: 299-300):

Seria excessivo, contudo, enxergar-se na escolha dos emissários o significado de uma identificação como a que já cultivavam os mazombos mexicanos relativamente a seus ascendentes ameríndios, embora, no plano genealógico, já se emboçasse em Pernambuco a propensão a invocar avós indígenas como título de legitimidade do domínio açucareiro.

Em todo o seu livro, Mello (2003) ressalta que a Guerra dos Mascates não foi mais que um conjunto de sublevações que não possuíam o caráter de uma inconfidência. Contudo, é interessante perceber que na carta escrita por João da Maia da Gama, ele chama os conflagrados de Olinda de inconfidentes por duas vezes, como é possível ler nas partes destacadas em negrito do documento transcrito. O movimento pode não ter caracterizado uma guerra ou uma inconfidência, porém servirá de marco para atestar a fidelidade à coroa. Para

João da Maia da Gama, aqueles que ficaram do lado da açucarocracia olindense seriam os traidores, enquanto os que permanecerem ao lado dos mascates de Recife seriam os fiéis vassalos do Rei.

Isso é perceptível mais de trinta anos depois, em uma carta de 15 de outubro de 1744, em que os oficiais da câmara pedem que a Capitania da Paraíba não seja anexada à de Pernambuco. Defendem a sua lealdade, em contraste à vizinha, que não era uma capitania confiável:

He certo que sempre se conservou este governo isento do de Pernambuco, com huma tal fedellidade, como se experimentou nas sobrepassões e desordens que houve na dita capitania que envolvendo-se nellas as que a ellas herão sogeitas não o poderão conseguir com esta; porque como isenta de sua jurisdição, lhe foi fácil o conservasse em paso sem que a pudessem arguhir de desobedientes e assim reconhecidos por Vossa Magestade de muy onrrador e fieis vassallos como se vê da copea junta da carta que Vossa Magestade naquelle tempo se dignou escrevernos [...].⁸

A câmara se refere, implicitamente, à Guerra dos Mascates, argumentando que a Capitania da Paraíba sempre esteve ao lado do rei e nunca compactuou com as sublevações de Pernambuco. Até mesmo após a anexação da Capitania da Paraíba à de Pernambuco, em 29 de dezembro de 1755, os oficiais da Câmara da Paraíba insistem no argumento para pedir a desanexação, como é possível ler na carta de 19 de maio de 1756:

He certo que em todo o tempo forão os moradores desta capitania com grande utillidade publica leaes vassallos, de vossa magestade como mostramos nos dous levantes de pernambuco, quando tudo foram estragos, pertubações, dezordens de que nos não livraríamos se fossemos sugeitos aquelle governo.[...].⁹

Novamente o argumento é utilizado no ofício de mesma data direcionado ao Secretário de Estado, Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real¹⁰, em que se copia palavra por palavra a justificativa feita ao rei para desanexar a Capitania da Paraíba.

A conduta adotada pela nobreza olindense não condiz com a de um fiel vassalo do rei. De acordo com João da Maia da Gama, os Carmelitas Observantes de Olinda, “(...) a cuja parte se acostavão os religiosos observantes seus oppostos, induzindo aos levantados, como eu vi em carta de hum delles, como a vossa magestade já fiz presente,(...)”, adotam uma atitude de contestação ao rei pois se aliam aos sublevados.

⁸ AHU_ACL_CU_014, Cx. 13, D. 1084.

⁹ AHU_ACL_CU_014, Cx. 19, D. 1495.

¹⁰ AHU_ACL_CU_014, Cx. 19, D. 1494.

É possível perceber os claros interesses pessoais que João da Maia Gama tinha na vituperação contra os carmelitas calçados de Olinda. Todavia, não se pode deixar de notar que sua queixa pessoal encontra-se disfarçada sob um discurso que se baseia no ideário de um modelo de conduta cristão que o vassalo deveria ter perante o rei, que não se diferencia do comportamento que o católico deve ter perante a Igreja. Contra os carmelitas de Olinda, soma-se o fato de que o desvio provém de uma Ordem religiosa, pois, como já foi dito, Portugal é o reino cristão por excelência, e contestar a subserviência ao rei português se assemelharia a uma heresia.

Modelos de conduta não faltavam aos carmelitas. Muito antes da divisão entre Observantes e Reformados, a Ordem fora povoada de figuras excepcionais que garantiram sua sobrevivência numa época em que a Igreja Católica Romana buscava conter—por meio da regularização—o surgimento desenfreado de congregações religiosas. E é sobre estes modelos que a Igreja de Nossa Senhora do Carmo constrói suas alegorias atingindo seu objetivo: ensinar aos fiéis e relembrar aos irmãos carmelitas os exemplos de conduta de um perfeito cristão, conduzindo-os a um comportamento adequado àqueles que professam a fé católica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. **Capitania real da Paraíba**: Bases históricas de sua formação econômica (1574-1799). João Pessoa: NDIHR-UFPB, 1991 [Textos NDIHR-UFPB, n. 25.].

MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

SCIADINI, Frei Patrício. **O Carmelo**: História e espiritualidade. São Roque: Edições Carmelitanas, 1993.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário no Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.